

# **Da invisibilidade da questão indígena na geografia: relato de participação no V Simpósio Nacional e I Internacional sobre Espaço e Cultura**

Sandoval dos Santos Amparo<sup>1</sup>

Resumo – Inicialmente apresentado à Funai na forma de relatório, este artigo relata a participação do autor no V Simpósio nacional e I Simpósio Internacional sobre Espaço e Cultura, realizado pelo NEPEC/ UERJ, na cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 2006. Do ponto de vista teórico, trata principalmente da “invisibilidade” dos povos indígenas na Geografia brasileira, o que sem dúvida contribui para uma leitura não aprofundada sobre as demandas territoriais destes povos e o estudo de sua relação com a sociedade nacional a partir de uma perspectiva geográfica. Além de apresentar um panorama da geografia cultural – área da geografia na qual atuam os geógrafos da Funai – este texto propõe a construção de uma geografia dos povos indígenas no Brasil e na América Latina, em harmonia com a renovação científica e metodológica da disciplina ocorrida nas últimas três décadas e principalmente nesta última.

Palavras-chave – Geografia. Povos indígenas. Invisibilidade. Espaço e cultura.

## **Apresentação**

Apresentado inicialmente na forma de relatório à Coordenação Geral de Artesanato Indígena (CGART) e à Coordenação de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal (CTD) da Fundação Nacional do Índio (Funai) em outubro de 2006, o artigo que segue relata minha experiência de participação no V Simpósio Nacional e I Internacional sobre Espaço e Cultura, que se realizou do dia 24 a 30 de setembro de 2006, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, organizado pelo NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Cultura do departamento de Geografia daquela universidade.

Realizado a cada dois anos desde 1995, este simpósio é o principal encontro de geografia cultural realizado no país e um dos principais no âmbito internacional e reuniu geógrafos e cientistas sociais de instituições públicas e de diversas universidades do Brasil e do mundo. Entre estes, geógrafos ilustres como Roberto Lobato Corrêa (UFRJ) e Zeny Rosendahl (UERJ) - organizadores do simpósio e de diversos livros sobre a temática, Carlos Augusto Monteiro (USP), Caio Augusto Amorim Maciel (UFPE), Bernadete Castro Oliveira (UNESP/Rio Claro), João Sarmento (Universidade do Minho/Portugal), Daniel Gade (University of Vermont/USA), Paulo César da Costa Gomes (UFRJ), Maurício de Abreu (UFRJ), Álvaro López Gallero (Universidad de la República, Uruguay), Werther Holzer (UFF), Marcio Piñom de Oliveira (UFF) e Satiê Mizubuti (UFF), Josué da Costa Silva (UNIR-RO) e outros, além de estudantes e pesquisadores.

Para melhor compreensão das idéias que se seguem, foi feita uma revisão do texto original do relatório e incorporou-se a citação de alguns textos de referência, sem alterar a substância do escrito original.

### **Justificativa**

Além da necessidade de aprimorar uma abordagem clara para *tratar a dimensão cultural do espaço geográfico*, a participação no simpósio permitiu a reflexão sobre a atuação profissional nesta área, ou seja a atuação dos geógrafos da Funai. Possibilitou ainda a imersão nos debates, em especial dos temas afetos à questão indígena e aos métodos investigativos da geografia a partir das paisagens constituídas no espaço,

sua leitura e – principalmente – sua percepção, que emerge com grande importância em face da renovação científica da disciplina.

Do ponto de vista da Funai, a participação no referido simpósio pode ser considerada como um momento em que o órgão envia seus técnicos ao diálogo junto à comunidade científica, com o intuito claro de prover condições para uma atuação mais adequada à compreensão das demandas dos povos indígenas e suas dimensões geográficas.

### **Da geografia cultural**

Grosso modo, a geografia cultural pode ser definida como a abordagem geográfica para as manifestações culturais, ou seja, o estudo da cultura e suas manifestações no espaço, com foco no protagonismo dos homens e mulheres como agentes da transformação do espaço. Envolvendo, por isso, os fenômenos da identidade e da diferença, suas éticas, estéticas, lugares e territórios, conhecimento que tem avançado bastante nas últimas três décadas e particularmente nesta última, com o advento de importantes publicações, estimuladas principalmente por Corrêa & Rosendahl e que integram a coleção de livros *Geografia Cultural*.

Um dos primeiros geógrafos modernos<sup>2</sup> a colocar o homem e sua cultura no centro da análise geográfica e a enfatizar a cultura como elemento de produção do espaço geográfico foi o alemão Friedrich Ratzel – que também era antropólogo. Este no século XIX, propunha uma *antropogeografia*, tendo por base seus estudos sobre demografia e sobre o espaço urbano, que o

levou à noção de “espaço vital”, bastante difundida na geografia de sua época. Neste momento, que marca o surgimento da geografia moderna, predominava na disciplina o determinismo geográfico/ambiental, ou seja, a noção de que a experiência dos grupos humanos é determinada pelo ambiente que ocupam:

Fridrich Ratzel em sua *antropogeographie* edificou a base conceitual na qual se tem estruturado desde então a geografia humana em seu sentido restrito: um conjunto de categorias do meio físico – ordenadas a partir de conceitos abstratos de posição e espaço até os de clima e litoral – e sua influência sobre o homem. Apenas com este trabalho ele se converteu em grande apóstolo do ambientalismo e seus seguidores desconsideraram em muito os seus estudos culturais posteriores, nos quais se referia à mobilidade populacional, às condições de assentamento humano e à difusão da cultura através das principais vias de comunicação [*legado que na antropologia fica conhecido como difusionista*]. O efeito das categorias ambientalistas de Ratzel não foi considerável em seu próprio país; na França, foi suavizado pela substituição feita por Vidal de La Blache do determinismo original pelo de “possibilismo”. Na Inglaterra e nos EUA, porém, o estudo de meio físico como objeto da Geografia [*portanto uma geografia do território*] se converteu em sinal de identidade quase exclusivo do geógrafo. (Sauer, 2003[1931], p. 20. Grifos e aspas do original, chaves do autor).

Um dos principais legados desta geografia são as explicações climáticas para o suposto atraso das nações tropicais e tantos outros fenômenos os quais se tentava justificar pela natureza de seus sítios geográficos, *determinantes*, portanto, da própria identidade de seus povos. Esta perspectiva foi duramente atacada por outras correntes que surgiram à época,

principalmente à luz dos trabalhos de Humboldt e Ritter (considerados os primeiros geógrafos da era moderna, na Alemanha) e de Vidal de La Blache, para quem esta concepção minimiza o papel do homem e de sua cultura na transformação do meio em que vive (Moreira, 1994).

A reação à postura ambientalista na geografia não se baseia na negação da importância do estudo do meio, mas simplesmente nas seguintes causas metodológicas: 1) nenhum campo científico se expressa através de uma relação causal particular; 2) a investigação ambientalista carece de fatos como objetos de estudo, na medida em que não há seleção de fenômenos mas somente de relações, e uma ciência que não tem categorias de objetos de estudo só pode ter, nas palavras de Hettner<sup>3</sup>, uma “existência parasitária”; 3) nem tampouco se salva com um método que possa reclamar como próprio; 4) é difícil escapar das argumentações falaciosas devido ao êxito obtido, aparentemente ou ao menos facilmente, na demonstração da adaptação do homem ao meio. [...] A polêmica sobre a concepção da geografia como estudo das relações com o meio tem recebido mais fortes contribuições de Schluter, Michotte e Febvre<sup>4</sup> (Sauer, op. cit. p. 21).

Embora geógrafos como La Blache, Hettner e o próprio Ratzel tenham desenvolvido a abordagem humanista na geografia, é somente nos Estados Unidos do início do século XX que a abordagem culturalista se tornará notável em geografia, com grande influência dos estudos culturais em voga na antropologia da época, principalmente os trabalhos de autores como Alfred Kroeber, Robert Lowie e Leslie White (Corrêa & Rosendahl, 2003). Os precursores deste movimento foram principalmente os geógrafos da chamada Escola de Berkeley,

cujo fundador e expoente foi Carl Ortwin Sauer, autor do famoso escrito “Morphology of landscape”, publicado na revista da *American Association of Geographers*, em 1925. Neste clássico artigo, Sauer apresenta uma proposta metodológica para a geografia que até hoje continua sendo referência para geógrafos do mundo inteiro, em que pesem as atualizações teóricas que sofreu, tanto por parte de seus continuadores em Berkely quanto pelo advento do materialismo histórico, que seria incorporado à geografia apenas na década de 1970, mas ao qual a teoria de Sauer parecia estar ligada, ainda que não confessadamente, e sem referências objetivas à obra de Marx (Duncan *in* Corrêa & Rosendahl, 2003).

Oriundo da biogeografia, Sauer adquiriu fluência no idioma espanhol ainda durante a formação em seus estudos de doutoramento pela Universidade de Chicago, no período inicial de sua longa carreira acadêmica, no qual realizou cerca de 10 anos de incursões e pesquisas junto a fazendeiros e indígenas mexicanos. Experiência que o influenciou bastante e facilitou o desenvolvimento posterior de suas pesquisas junto a diversos povos indígenas e agricultores da América Latina, inclusive da América do Sul, onde esteve por cerca de cinco anos na década de 1940<sup>s</sup> (Gade, 1999).

Ao longo de sua carreira de geógrafo, marcada por importantes estudos sobre *o geógrafo e a geografia*, Sauer aproximou-se da história e da etnografia, o que ficou evidente quando sua preocupação fundamental voltou-se para a compreensão da história cultural destes povos e a investigação do papel dos mesmos no transplante de plantas e tecnologias agrícolas por áreas ecologicamente diferentes, contrariando as

teorias deterministas existentes. O estudo destes fenômenos o levou a interessantes conclusões sobre a geografia e a história cultural (da qual – afirma – a geografia cultural constitui um campo disciplinar) dos americanos camponeses (Sauer, 2003 [1931]).

Sauer viveu num período de grandes transformações sociais e tecnológicas nas primeiras décadas do século XX e acreditava que o rápido avanço do fenômeno da modernidade, marcada pelo desenvolvimento industrial e sua chegada aos países então conhecidos como subdesenvolvidos, condenava os povos tradicionais destes países ao desaparecimento gradual e à perda de suas técnicas e práticas espaciais. Motivo que o fez dedicar mais de trinta anos de sua carreira à pesquisa sobre tais povos, a fim de obter o máximo possível de registros, *históricos*, segundo sua leitura (Gade, 1999). Suas pesquisas partilhavam, portanto, de preocupações iminentes a outros importantes geógrafos da primeira metade do século XX, como o francês Max Sorre (2002), que do mesmo modo, acompanhando o desenvolvimento tecnológico das sociedades tropicais, acreditava também que estas populações – às quais chamou primitivas – e seus “gêneros de vida”<sup>6</sup> estavam condenados ao enfado tecnológico, uma vez que o processo civilizatório ocidental (em verdade “ocidentalizador”) avançava sobre a África, a Ásia e as Américas, onde remanesciam.

Entre os geógrafos, são poucas as luzes sobre os trabalhos biogeográficos de Sauer, sendo mais conhecidos no Brasil os seus trabalhos voltados para a atuação prática do geógrafo em campo e seus estudos sobre a paisagem. Um dos poucos trabalhos de biogeografia de Sauer divulgados no

Brasil encontra-se publicado no volume 1 do *Suma Etnológica Brasileira* (Ribeiro, 1987), voltado para a etnobiologia. Desta rara publicação do famoso geógrafo estadunidense – da qual este distribuiu cópias no decorrer do simpósio –, foi retirado o importante trecho que segue, evidenciando a qualidade de sua pesquisa biogeográfica e a valorização da perspectiva cultural/religiosa em seus estudos, verificada, sobretudo, na grande importância que atribui ao valor do *ritual* e do *sagrado* na conformação dos cultivos pelas sociedades andinas:

O milho, alimento básico do índio americano, era cultivado até as últimas fronteiras agrícolas do Novo Mundo, com a exceção do altiplano andino, excessivamente frio. É registrado desde o baixo São Lourenço e alto Mississipi, ao norte, até a ilha Chiloé, ao Sul. [...] O famoso “milho sagrado dos incas”, cultivado em terraços defendidos e aquecidos pelo sol acima do lago Titicaca, marca o mais alto limite do grão: c. 3.900m ou 12.700 pés. É cultivado não só nas ilhas lacustres, mas em terraços acima de Puno. Já se tem dito que o milho do Titicaca foi cultivado, por motivos rituais e tradicionais, em altitudes muito superiores às atingidas em outros lugares. [...] Embora o milho seja uma única espécie botânica, e uma espécie que, normalmente, é fecundada por cruzamento, a separação geográfica, as diferenças de tempo e florescimento, as preferências dos cultivadores nativos formaram, com o tempo, e preservaram até nossos dias, uma extraordinária variedade de formas, dificilmente igualada entre as plantas cultivadas (C. Sauer, 1987, [1953], p. 62-63).

Segundo Sauer, considerado, portanto, criador e principal referência da geografia cultural, o trabalho do geógrafo iniciase com a observação analítica da paisagem, segundo ele o único conceito capaz de oferecer à geografia a unidade distante



(1998[1925]). A paisagem em Sauer é considerada então não como o espaço geográfico em si<sup>7</sup>, mas sua dimensão visível, através da qual é possível identificar os processos que a instituíram e alcançar sua essência, ou seja, as relações sociais que o condicionam, donde se verifica grande ênfase no papel das sociedades humanas enquanto agentes geográficos. É neste artigo (1925) que surge a primeira definição a respeito da *paisagem geográfica ou cultural*, tendo em vista o uso muito anterior do termo (*landschaft* na geografia alemã, *Paysage* na França), mas a ausência de uma definição precisa. Para Sauer, paisagem é, portanto, “o resultado da ação da cultura sobre o espaço ao longo do tempo” (Corrêa & Rosendahl, 1997). O *historicismo* e uma sutil aproximação ao marxismo, anteriormente mencionada, pode ser verificada na veemência com que defende uma geografia, interessada primordialmente no papel das sociedades humanas como agente (re) criador das paisagens:

A geografia cultural é apenas um capítulo da geografia no seu sentido amplo e sempre o último capítulo. A linha de sucessão vai de Humboldt a Oskar Peschel e de Ferdinand von Richthofen até os atuais geógrafos do continente europeu. Parte de uma descrição da superfície terrestre para chegar, mediante uma análise de sua *gênese*, a uma classificação comparada das regiões<sup>8</sup>. [...] Os geógrafos dispõem agora de um método capaz de determinar a origem e o agrupamento das áreas físicas e como se identificam as sucessivas etapas de seu desenvolvimento. [...] O último agente que modifica a terra é o homem. O homem deve ser considerado diretamente como um agente geomorfológico, já que vem alterando cada vez mais as condições de denudação e de colmatação da superfície da terra, e muitos erros têm ocorrido na geografia física por

esta não ter reconhecido suficientemente que os principais processos de modelagem da terra não podem ser inferidos, com segurança, embasados nos processos atualmente vigentes a partir da ocupação do homem. [...] A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície da terra e imprimem uma expressão característica. [...] Considera as novas paisagens criadas pelas obras humanas como modificadoras, em maior ou menor grau, das paisagens naturais e estima que o grau de sua transformação constitui a verdadeira medida do poder das sociedades humanas (Sauer, op. cit., p. 22-23)<sup>9</sup>.

## **Os caminhos da geografia cultural**

Paralelamente a Sauer, outros geógrafos dedicam-se a pesquisas junto a povos tribais ou indígenas das Américas, da África e da Ásia, ainda que estes constituíssem exceção. Estas pesquisas avançaram tanto nas últimas décadas que o desdobramento dos trabalhos e das pesquisas permitiram a aceção de novos pontos de vista na geografia, rompendo com o paradigma científico ocidental e possibilitando o diálogo com diferentes áreas do conhecimento humano, como a medicina, a teologia e a semiótica, entre outras. A geografia cultural torna-se definitivamente uma linha de atuação em geografia, fortemente influenciada pela etnografia e pela antropologia, e alguns avanços podem ser verificados, como o abandono do termo “primitivo”, preferindo-se fazer referência a sociedades “pré-industriais” ou “tradicionais”; a incorporação das noções de “espaço vivido” (Gallais, 1978) e “espaço percebido” (Tuan, 1980), que vão muito além do espaço a ser descrito; e a influência de distintas áreas do conhecimento, que se interessam, por exemplo, pela

percepção do fenômeno espacial, enfatizando a relação afetiva do cidadão com relação ao espaço que ocupa, chegando à perspectiva atualmente em pauta, segundo o professor Roberto Lobato Corrêa<sup>10</sup>, que é a da delimitação das regiões culturais brasileiras. Rompendo, portanto, com as atuais regionalizações brasileiras, seja a do IBGE, seja a proposta por Santos & Silveira (2001), ambas pautadas nas dimensões *funcional* e *econômica* do território.

Ambas as regionalizações acima se mostram insuficientes, na medida em que o capital, somente, não responde a todas as questões que conformam uma região ou paisagem. Ainda que deva ser considerado seu importante papel como *agente modelador do território*, uma regionalização pautada exclusivamente em categorias econômicas se mostra insuficiente para contemplar as dimensões sociais que atuam na modelagem do espaço geográfico. Como as dimensões afetivas e religiosas, que, sendo desconsideradas, abrem caminhos para um *marxismo ortodoxo*, com intenções voltadas para os processos de *desenvolvimento*, como pressuposto da *revolução por etapas*, em que a noção de *superestrutura* prevalece sobre as *formações sociais* (Marx, 1971). Uma leitura geográfica deste contexto sugere que antes da revolução socialista haveria a necessidade de criação de um operariado mundial, para que este proletariado então proclamasse a revolução internacional. Esta visão é, contudo, etnocêntrica, pois considera tecnologias histórica e geograficamente situadas – são européias e capitalistas – como evolução natural da tecnologia humana, e acaba por inibir a visibilidade das questões de ordem cultural, como se verifica no caso da temática indígena, como se a cultura – e

as demais experiências humanas – fossem determinadas pela economia capitalista.

Atualmente, com sua consolidação científica, os caminhos da geografia cultural apontam para a superação deste paradigma marxista (não o abandono) e a valorização de novas perspectivas analíticas, como o estudo da relação entre religião e território, dos lugares míticos e sagrados, comunidades étnicas, temas etno-ecológicos e apropriação dos *recursos* ambientais por comunidades tradicionais etc. Outros geógrafos têm encontrado inspiração nas artes em geral como subsídio para a compreensão do espaço, na perspectiva das intervenções urbanas e do conceito de *arte-territorium*, por exemplo. Além dos textos de Josué de Castro<sup>11</sup>, repletos de literatura, alguns estudos em geografia e arte têm buscado subsídio na gravura, na pintura, nas artes em geral. Neste sentido, o que assina este texto é autor de um estudo divulgado em 2004, no VI Congresso Nacional de Geógrafos, realizado na cidade de Goiânia, e disponível na internet com o título “A fotografia e a paisagem como linguagem da geografia: uma primeira abordagem”, no qual é apresentada a necessidade e o histórico da utilização da fotografia na geografia, esboçando alguns critérios para tal. O texto é um primeiro marco no que se refere à atuação como geógrafo culturalista e aponta ainda para uma inclinação à fotografia como subsídio para a pesquisa em ciências sociais. Também Tartaglia (2007) realiza interessante trabalho sobre territorialidades e estéticas espaciais, partindo dos *grafites* urbanos do Rio de Janeiro, sua dimensão enquanto movimento social e sua relação com a cidade.

Importante salientar que a geografia cultural não é um ramo isolado da geografia, mas apenas uma abordagem que,

através de seus métodos e do seu objeto central de estudo – o espaço geográfico –, articula-se aos demais campos da disciplina. O trabalho e os estudos dos geógrafos culturalistas, compostos a partir de metodologias científicas, apresentam contribuições e interfaces com diversas outras áreas da geografia, como a geografia ambiental, a geografia urbana e a geografia agrária, entre outras. Para isto nos vale a própria área de atuação inicial do maior geógrafo desta corrente (a biogeografia), considerada como uma sub-área da geografia física (ou da natureza). Isto não o impediu de tornar-se o principal geógrafo culturalista do século XX e incorporar à sua obra perspectiva historicista, que se fez cada vez mais necessária conforme progredia em suas pesquisas.

Portanto, *todo geógrafo que atua junto a comunidades indígenas, de certa forma e ainda que assim não o diga ou explicitamente, realiza um trabalho de geografia cultural*, pois, para compreender a lógica do espaço que estuda, necessita penetrar um mundo de *representações* que lhe é atribuído pelas comunidades em questão. Ou seja, necessita fazer um mergulho na dimensão territorial da cultura para nela agir. Todavia, a geografia brasileira tem produzido poucos estudos diretamente voltados para a questão indígena, o que dificulta a percepção da ciência geográfica no órgão indigenista e nos demais órgãos que lidam com populações tradicionais, devido às referências teóricas serem praticamente inexistentes. No item seguinte apresento um breve resumo dos trabalhos apresentados no simpósio, enfatizando aqueles voltados para a temática indígena.

## **As questões indígenas no V Simpósio sobre Espaço e Cultura**

O objetivo principal do simpósio era a divulgação, apresentação e atualização do trabalho e dos estudos de geógrafos que de alguma forma estudam as diversas relações possíveis entre cultura e espaço, seja com leituras a partir da literatura, do cinema, das artes plásticas ou de comunidades étnicas (quilombolas, indígenas etc.). Do ponto de vista da questão indígena, uma única mesa redonda tratou do tema, a qual não contou com participantes indígenas, e apontou principalmente a (in)visibilidade dos povos indígenas na geografia. Participaram José Luis de Souza<sup>12</sup> (UFU), Luciene Cristine Risso<sup>13</sup> (Unesp-Rio Claro), Bernadete Castro Oliveira<sup>14</sup> (UNESP/Rio Claro).

Esta mesa tinha o título “Territórios indígenas: cultura e natureza”, que se mostra genérico e insuficiente, na medida em que reaproxima o indígena à condição da natureza, tão criticada por Gonçalves com relação aos homens em geral, por sugerir uma naturalização da questão, e uma associação direta entre índio e natureza, quando em geral pode-se afirmar que natureza é uma noção intrínseca à dimensão territorial das culturas indígenas. Portanto, o próprio título da mesa de debates, coordenada pela Profa. geógrafa Cleonice Gardin (UFMS/Dourados), sugere o quanto a geografia carece de profundidade com relação à questão indígena, de modo que não venha a alimentar e difundir velhos preconceitos, verificados tanto no senso comum quanto em sofisticadas análises científicas, mas de caráter dicotomizante.

Durante os debates desta mesa, fiz questão de participar, tecendo algumas considerações e esclarecimentos sobre a Funai e a dificuldade de atuação junto a comunidades indígenas, ao mesmo tempo em que foi feita a crítica à invisibilidade dos povos indígenas para os geógrafos brasileiros<sup>15</sup>. Ao final deste debate fui informado pela Profa. Dra. Aureanice Corrêa (UERJ) da criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da Anpege – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, com o objetivo de realizar levantamento e estimular a realização de pesquisas sobre a questão indígena por parte de geógrafos nos cursos de pós-graduação. Ao que informei do interesse da Funai neste GT e da disposição em integrá-lo, uma vez havendo convite da parte da referida instituição.

Os trabalhos mencionados no parágrafo anterior foram os únicos voltados exclusivamente para a questão indígena. Os demais constituíram elaborações teóricas com o objetivo principal de oferecer novas abordagens sobre a percepção e representação do espaço geográfico. Todos tiveram seu valor, destacando-se aqueles voltados para questões conceituais, como a revisão do conceito de paisagem, elementos para uma geografia do movimento e para a identificação de territorialidades, além de outras abordagens etnogeográficas, tendo a territorialidade de grupos negros e religiosos como ponto de partida. Destacamos alguns trabalhos apresentados nas mesas redondas sobre espaço e festa, matrizes da geografia cultural e espaço, representações e imagens, esta última contando com muito interessante palestra proferida pelo professor Paulo César Gome (UFRJ), abordando a utilização da noção de cenário para a geografia.

## Conclusão

O objetivo da participação neste simpósio, na condição de geógrafo da Funai, além da atualização profissional, era o de buscar subsídios para a crítica da invisibilidade da questão indígena no âmbito da geografia acadêmica brasileira, que tem se interessado menos pelas *territorialidades* e pelo protagonismo dos movimentos populares, apoiando-se assim na história do *território* e dos protagonistas da sua ocupação. Com a reprodução destes procedimentos clássicos, a geografia se desgarra do que tem sido preconizado por importante corrente de geógrafos da atualidade, incorrendo na crítica de Santos (1978) e legitimando assim a história dos vencedores, ignorando os ditos vencidos, mesmo quando assim estes não se encontram, ou seja, persistem contra o rolo compressor da modernidade-colonial.

Nosso objetivo, portanto, é possibilitar, através deste artigo, uma breve análise sobre as tendências atuais da geografia e principalmente da geografia cultural, tendo em vista principalmente construir alternativas e indicar caminhos para a construção de uma geografia dos povos indígenas no Brasil. Em que pese a questão ter sido negligenciada pelos mais importantes geógrafos do século XX e que apenas agora entram na pauta do debate geográfico, para o que têm contribuído Gonçalves (2002), Amparo (2006) e ainda Costa (2006).

Não obstante, hoje nos é possível observar que Sauer - e também Sorre - estavam enganados com relação à crença no desaparecimento das comunidades, veja-se o protagonismo cada vez mais evidente que os indígenas e demais populações



tradicionais têm alcançado nas últimas décadas, as grandes conquistas jurídicas e territoriais e o aparecimento de importantes lideranças, como Raoni e Marcos Terena no Brasil, Evo Morales na Bolívia ou o levante zapatista, protagonizado pelos Maias, no sul do México em 1994, um dos movimentos sociais mais importantes da atualidade. Da mesma forma, os índios lutam incessantemente para conservar suas tecnologias e a *alteridade* que estas representam contra o rolo compressor da industrialização capitalista e seus processos de estruturação e re-estruturação, garantindo assim um elemento de *interioridade* e *autonomia* (Moreira, 2001). Isto demonstra – felizmente – o equívoco de dois dos nomes mais importantes do pensamento geográfico, Sauer e Sorre, ainda que as pesquisas cujos equívocos apontamos, tenham se mostrado à luz da posteridade, de grande relevância para a geografia mundial, influenciando a disciplina em diferentes graus, em todo o mundo.

Os trabalhos de Sauer – cujas pesquisas principais foram financiadas pela Fundação Rockefeller, da qual nunca conseguiu ter aprovado seus gastos – e Sorre são, portanto, marcados pelo pioneirismo e pelo grande mérito do foco nas populações e não no território, com até hoje é comum verificar-se na geografia, que tende assim a ser apropriada mais por Estados e corporações que pelas sociedades. Sauer e Sorre se anteciparam e praticaram uma geografia que somente viria a se concretizar em fins do século XX, mais interessada nas *geograficidades* dos povos (aquilo se pode chamar de *territorialidades*) que no *território*. Não hesitando em considerar, portanto, a importante contribuição de Lacoste, a quem tem servido a geografia do território, muito bem demonstrado em seu clássico “*A geografia serve, em primeiro*

*lugar, para fazer a guerra*”, publicado na França em 1978. Obra na qual distingue, de um lado, a “geografia do Estado”, interessada sobretudo no potencial dos geógrafos para a análise dos territórios e principalmente de seus recursos; e, do outro, a “geografia dos professores”, também controlada pelo Estado e cujo objetivo principal tem sido a estigmatização da geografia e a redução de seu caráter científico. Preconizando uma geografia interessada em objetos distantes, efêmeros, deslocando o foco e o interesse geográfico para a dimensão social da ciência e sua importância na compreensão das dinâmicas locais, bem como para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, com foco no ser humano, como pode ser visto atualmente nas obras de Tuan (1980), Gonçalves (2001, 2003) e outros.

Este movimento emerge, portanto, da renovação pela qual a ciência passa após as críticas de Lacoste, realizada na França, mas em clara sintonia com a crítica realizada por Milton Santos em “*Por uma Geografia nova*” (1978). Ambas podendo ser consideradas marcos na história moderna deste campo do conhecimento, o qual – em que pese esta renovação –, continua marcado mais por legitimar a ação colonial que por opor-se e apresentar alternativas a ela. É neste contexto que Gonçalves (2003) fala em *modernidade-colonial*, legitimada por um *conhecimento imperial* (Moreira, 1999), que tantas preocupações trouxe às obras de Sauer e Sorre.

Com a participação neste simpósio, pude, portanto, reencontrar antigos mestres e dar alguns passos no sentido da melhoria da prática profissional como geógrafo. Durante os quatro dias do simpósio, sentei-me atentamente numa das poltronas e participei como um aluno a ouvir seus mestres. O simpósio

ofereceu uma oportunidade rara para que encontrássemos muitas das figuras mais prestigiadas da geografia contemporânea, que apresentaram seus trabalhos. Deste modo, pude dialogar com alguns profissionais que são referência em nossa área, além de estreitar contato com aqueles que pesquisam a questão indígena e que possuem alguma contribuição para o esboço de uma geografia dos povos indígenas. A idéia é aproximar estes colegas, no sentido de avaliar as prováveis contribuições da geografia à ação indigenista da Funai, no contexto da afirmação identitária e dos direitos indígenas.

Cumprindo o papel institucional que me cabia, antes de minha viagem obtive junto à Coordenação Geral de Assuntos Externos da Funai, certo número de exemplares da revista Brasil Indígena, os quais geraram grande interesse e esgotaram-se, assim, rapidamente. Junto à equipe da Coordenação de Comercialização de Artesanato, obtive também folhetos, bastante difundidos, de divulgação do artesanato indígena e do programa de artesanato indígena - Artíndia, da Funai. Houve grande interesse por estes materiais, principalmente devido ao mapa que seguia anexo, o qual utilizei para mencionar a relevância da questão indígena na região Centro-Sul do Brasil, da mesma forma terra de índios, como demonstrei em trabalho anterior (Amparo, 2006), mas onde os povos indígenas mais tiveram de recuar para o avanço do modelo civilizatório preconceituoso e colonizador. Ademais, a mesma constitui uma publicação oficial da Funai, ou seja, um meio de comunicação com a sociedade civil e científica. Lamenta-se, pois, que não se tenha conseguido número suficiente para o total de participantes do simpósio (em número superior a 300). Muitos interessados,

principalmente após a mesa redonda sobre a questão indígena ficaram sem ter acesso à mesma. Todavia, um destes exemplares foi doado à biblioteca da UERJ, para que ficasse disponível para a consulta de pesquisadores e estudantes daquela universidade. Da mesma forma, vários colegas geógrafos me procuraram para saber como ter acesso aos dados cartográficos em formato digital, de responsabilidade da Diretoria de Assuntos Fundiários. Infelizmente estes dados – de caráter público, diga-se – não encontram-se disponíveis para *download* no sítio da Funai, mas podem ser adquiridos por expressivo valor junto ao Instituto Sócio-ambiental (ISA).

Ainda com relação ao simpósio, além do geógrafo francês Paul Claval, que ficou impossibilitado de comparecer por motivos de saúde, considero como uma das ausências no encontro o geógrafo e indigenista José Eduardo Moreira da Costa, autor de *A Coroa do mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano*. Servidor do quadro da Funai (Chefe do Posto Indígena Chiquitano), mestre e doutor em Geografia pela UFMT, o livro de sua autoria, embora recém-editado, constitui um dos mais ousados e promissores estudos sobre territorialidades indígenas, sendo portanto, um livro de referência para a geografia brasileira. Os agradecimentos são devidos à CTD/Funai, por ter possibilitado nossa participação neste importante evento da geografia brasileira, e para a CGART, coordenação à qual estou fisicamente lotado no âmbito da Funai, bem como ao indigenista Guilherme Carrano, à época, coordenador de Documentação desta fundação, que chamou-me a atenção para a importância deste escrito. Evidentemente, não espero resolver a questão ou chegar a conclusões definitivas sobre

a carência da produção geográfica, mas apenas colocar os termos da questão e indicar possibilidades de desenvolvimento destas questões no âmbito da teoria e prática geográfica, acreditando que isto levará, inevitavelmente, ao avanço das considerações sobre os povos originários deste continente, tão vitimados nestes últimos cinco séculos pela categorias etnocêntricas do conhecimento, que, com seu caráter tão imperial quanto o das potências econômicas européias, legitimaram todo o processo de invasão do continente que hoje chamamos de americano.

Espero retornar ao evento em 2008, considerando desta vez a possibilidade de expor algum trabalho no qual esta instituição possa se fazer representada através de seus geógrafos, principalmente em questões referentes à etnoecologia, territorialidades e dimensão territorial da cultura, temas nos quais tenho estado diretamente envolvido em minha atuação como geógrafo desta Fundação. A seguir bibliografia, com importantes obras referidas neste texto e outras consideradas de relevante importância para a construção da leitura proposta, que passa, antes, por uma re-interpretação da disciplina geográfica, à luz dos importantes trabalhos surgidos dos anos 1970 até os dias atuais.

## Notas

<sup>1</sup>Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, mestrando do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Teoria, História e Crítica, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília com projeto sobre a organização espacial dos assentamentos indígenas. Geógrafo da Fundação Nacional do Índio.

<sup>2</sup>Considerando que tanto o conhecimento quanto a prática geográfica são bastante anteriores ao campo disciplinar que atualmente conhecemos, que surgiu no seio do período que ficou conhecido como iluminismo e que tem origem histórica e

geográfica bastante definidos: Europa dos séculos XVIII e XIX.

<sup>3</sup>Alfred Hettner, geógrafo humanista alemão do século XIX. Figura como um dos precursores da geografia moderna, junto a Ratzel, Elisée Reclus e Vidal de La Blache, todos geógrafos da leva posterior a Humboldt e Ritter, considerados os fundadores da geografia moderna.

<sup>4</sup>Geógrafos da primeira metade do século XX.

<sup>5</sup>Não tendo vindo, porém, ao Brasil.

<sup>6</sup>O conceito de “gênero de vida” (*genre de vie*) foi bastante cunhado por Vidal de La Blache, em seus estudos de geografia regional da França, e utilizado pelos mais importantes teóricos da geografia francesa, como o próprio Sorre (2002 in Corrêa & Rosendahl), que recupera o conceito em busca de seu valor atual, considerando as rápidas transformações técnicas do século XX.

<sup>7</sup>O tema “espaço” constitui objeto de interesse multidisciplinar, sendo seu estudo, porém, objeto ao qual se devota a ciência geográfica, que o explora a partir de quatro categorias básicas que encerram abordagens específicas. Estas categorias são o *lugar* e *paisagem*, de interesse principalmente da geografia cultural, o *território* e a *região*, noções cujo estudo tem sido de grande interesse da geografia política e econômica. Ver Moreira (1999) e Santos (1978).

<sup>8</sup>A “*adeaquatio* geográfica”, à qual se refere Moreira, 1999 (p. 28).

<sup>9</sup>Aqui, no entanto, creio residir um equívoco analítico de Sauer em favor das sociedades ocidentais, quando considera o grau de transformação das paisagens como “verdadeira medida” do poder das sociedades humanas e, muito próximo do marxismo “conservador”, apresenta grande valor ao lançar luz às transformações em curso na sociedade industrial, subestimando no entanto a ação de povos indígenas e demais comunidades tradicionais, onde com o espaço dá-se não pela sua “violenta” transformação, típica das sociedades industriais, mas por uma lenta transformação, que geralmente passa despercebida não apenas à geografia, mas também à biologia à ecologia, as quais ignoram o “antropismo”, ou melhor, o etnoconhecimento, que instituiu ambientes cientificamente classificados em categorias reducionistas. Citando Poasey, Amparo (2006) demonstra como - entre os Mebengokré (Kayapó) - ambientes classificados genericamente como “floresta umbrófila mista” ou “savana semi-caducifólia” possuem denominações específicas, considerando características muito mais amplas, no contexto do conhecimento e das necessidades práticas destes indígenas, o que vale para diversos outros povos.

<sup>10</sup>Na conferência de encerramento do simpósio.

<sup>11</sup>Médico de formação, Josué de Castro tornou-se célebre geógrafo (e sociólogo) e publicou diversos livros, entre os quais o ensaio “Homens e caranguejos”, (1933) que inspirou o movimento *Manguebeat*, e o clássico “Geografia da Fome” (1947)

<sup>12</sup>Que apresentou o estudo “A (in)visibilidade dos lugares Kadiwéu: contribuições da geografia cultural para o estudo de populações indígenas”.

<sup>13</sup>“Paisagens e Cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica”, estudo feito a partir de sua experiência como ambientalista no GT de identificação da TI Apurinã km 116.

<sup>14</sup>Responsável por estudo bastante crítico intitulado “Cultura e Natureza: um exemplo entre os Xavantes da TI Sangradouro/Volta Grande-MT”.

<sup>15</sup>Com relação a isto, mencionei três publicações de geógrafos consideradas essenciais para o entendimento do território brasileiro e sua formação, e nenhuma delas menciona o protagonismo dos indígenas neste processo. Na verdade, estes estudos ignoram solenemente a ocupação indígena em regiões fortemente ocupadas por índios, como o planalto meridional brasileiro. Os estudos citados são os dos geógrafos Valverde (1957), Roche & Ab’Saber (1962) e Santos & Silveira (2001), único referido na bibliografia.

## Bibliografia

AMPARO, Sandoval dos Santos. **O conflito de práticas espaciais entre o povo Kaingáng e populações não-indígenas no planalto meridional brasileiro**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2006. 63p. (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia).

\_\_\_\_\_. A paisagem e a fotografia como linguagem da geografia: uma primeira abordagem. In: **Anais do VI CBG – Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004. p.360-368

CASTRO, Iná Elias. Et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 10.ed. **Rio de Janeiro**: Bertrand Brasil, 2007. 352p.

CORRÊA, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003. 205p.

\_\_\_\_\_. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. 179p.

COSTA, José Eduardo Moreira. **A coroa do mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano**. Cuiabá: UFMT, 2006. 275p.

GADE, Daniel. **Nature and culture in the Andes**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1999. 287p.

GALLAIS, Jean. Alguns aspectos do espaço vivido nas civilizações do mundo tropical. In: Corrêa, R.; Rosendahl, Z. (Org.). **Geografia cultural: um século (3)**, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p. 63-82.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Sader, E.; Ceceña, A. E. **La guerra infinita — hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais da Argentina, 2002 .p. 61-96.

\_\_\_\_\_. **Os des-caminhos do meio ambiente**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 1998. 126p.

\_\_\_\_\_. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. **Geographia**, Niterói, v.4, n.8, p. 36-61, jul./dez., 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; Fernandes, Bernardo Mañano. **Josué de Castro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 132p.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. 5.ed. São Paulo: Papirus, 2001. 286p

MARX, Karl. **O capital**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.3

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **Geographia**, Niterói, v.3, n.5, p.16-34, 2001.



\_\_\_\_\_. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a diferença em geografia. **Geographia**, Niterói, v.1, n.1, p. 22-56, 1999.

\_\_\_\_\_. **O que é a geografia**. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 118p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2004. 86p.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978. 325p.

SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 386p.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. In: Corrêa, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 25-79.

\_\_\_\_\_. As plantas cultivadas na América do Sul tropical. Ribeiro, B. (Coord.). **Suma etnológica brasileira: etnobiologia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1987. v.1.p. 59-90.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: Corrêa, R.; Rosendahl, Z. (Org.). **Geografia cultural: um século (3)**, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p 15-62.

TARTAGLIA, Leandro Riente da Silva. **Geo-grafitando: uma leitura geográfica dos graffitis na cidade do Rio de Janeiro**: Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. 56p. (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia - Bacharel).

TUAN, Yi Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

